vinetur

UE Reserva Mais de €1 Mil Milhões por Ano para Produtores de Vinho

Itália, França e Espanha recebem quase 75% do apoio, que poderá ficar menos garantido no próximo quadro orçamental.

quinta-feira, 17 de setembro de 2026



A política agrícola da União Europeia reserva mais de €1 mil milhões por ano para a indústria do vinho, concedendo aos produtores de vinho um nível de apoio direto de que as cervejeiras e os destiladores não beneficiam e elevando a fasquia nas negociações sobre o próximo orçamento de longo prazo do bloco.

No âmbito da atual Política Agrícola Comum, ou PAC, para 2023 a 2027, a UE afetou cerca de €386.6 mil milhões. Desse total, aproximadamente €291.1 mil milhões provêm do Fundo Europeu Agrícola de Garantia para pagamentos diretos e medidas de mercado, enquanto outros €95.5 mil milhões provêm do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Desde janeiro de 2023, os Estados-Membros têm vindo a aplicar esses fundos através de planos estratégicos nacionais.

No entanto, no que respeita às bebidas alcoólicas, a política não trata todos os setores da mesma forma. O vinho continua estreitamente ligado à PAC e tem o seu próprio conjunto de medidas setoriais. Estas incluem apoio à reestruturação e reconversão das vinhas, investimento em instalações de transformação e comercialização, vindima em verde, seguro, inovação, destilação de subprodutos, promoção em mercados fora da UE, enoturismo, gestão da água, agricultura de precisão e ação ambiental. A cerveja e as bebidas espirituosas beneficiam sobretudo através do apoio aos produtos agrícolas que alimentam as suas cadeias de abastecimento, incluindo cereais, lúpulo, uvas, beterraba sacarina e outras culturas, bem como através de programas de desenvolvimento rural, inovação e sustentabilidade.

A repartição orçamental mostra claramente essa diferença. As intervenções no setor do vinho recebem €1.061 mil milhões por exercício financeiro nos Estados-Membros indicados no Anexo VII do Regulamento 2021/2115. A Itália recebe €323.883 milhões, a França €269.628 milhões e a Espanha €202.147 milhões. Em conjunto, estes três países representam cerca de €795.7 milhões por ano, perto de 75% do total da UE destinado ao vinho. Portugal recebe €62.67 milhões, a Roménia €45.844 milhões e a Alemanha €37.381 milhões, ficando o restante distribuído por mais 10 países com dotações mais reduzidas.

Isso faz de Espanha o terceiro maior beneficiário de fundos para o setor do vinho na UE, atrás da Itália e da França. Os montantes são fixados por regulamento, embora não correspondam necessariamente à despesa final em cada ano, que depende da forma como os Estados-Membros utilizam as medidas e da intensidade com que as executam.

A dimensão desse apoio surge num momento em que tanto a produção como o consumo de vinho estão sob pressão. A Organização Internacional da Vinha e do Vinho estimou a produção de vinho da UE em 136 milhões de hectolitros em 2025, cerca de 60% do total mundial e 1.3% abaixo de 2024. A Itália produziu 44.4 milhões de hectolitros, a França 36.1 milhões e a Espanha 28.7 milhões. O consumo mundial de vinho foi de cerca de 208 milhões de hectolitros, menos 2.7% do que um ano antes, enquanto a área de vinha continuou a diminuir.

Esse enquadramento tem empurrado a política do vinho da UE para uma combinação de ajuda à modernização e instrumentos destinados a ajustar a capacidade de produção. O Regulamento (UE) 2026/471, aprovado este ano, acrescentou novas medidas permanentes de arranque de vinha, alargou o apoio ao enoturismo, reforçou a ação contra pragas, prolongou a duração de algumas campanhas de promoção em mercados de países terceiros e ampliou a cobertura para investimentos climáticos e ambientais. Em alguns casos, essas medidas ambientais podem receber apoio até 80%.

Ao abrigo do novo sistema de arranque de vinha, o apoio da UE pode cobrir até 70% do custo direto de arrancar as vinhas, mais uma estimativa da perda de rendimento de um ano. Os Estados-Membros podem acrescentar financiamento nacional até 30%. Em geral, os produtores que utilizem a medida não podem obter novas autorizações de plantação durante 10 campanhas vitivinícolas. A regra dá aos Estados-Membros uma ferramenta para reduzir a área plantada em regiões ou explorações onde a oferta e a procura continuam desequilibradas.

A promoção das exportações também mantém um lugar distinto na política vitivinícola da PAC. O financiamento da UE pode cobrir até 60% de certas atividades de informação e promoção, com a possibilidade de apoio nacional adicional, e a reforma de 2026 prolongou o período máximo de algumas operações em mercados de países terceiros. O vinho mantém, assim, dentro da política agrícola, um instrumento de apoio comercial que não tem equivalente direto para a cerveja ou para as bebidas espirituosas.

A cerveja ocupa uma posição muito diferente. Não existe um programa da PAC dirigido à cerveja enquanto produto acabado, apesar de os agricultores que fornecem cevada e outros cereais poderem receber pagamentos diretos, apoio associado e ajudas ao

desenvolvimento rural. Em alguns Estados-Membros, os cereais podem ser elegíveis para apoio ligado à produção se cumprirem as condições fixadas no direito da UE. Na prática, isso significa que o apoio vai para o agricultor, e não para o cervejeiro, por utilizar grão.

A principal exceção são os lúpulos. A Alemanha tem uma dotação setorial específica de €2.188 milhões por ano para os lúpulos. Esse dinheiro pode financiar assistência técnica, formação, produção biológica ou integrada, armazenamento, promoção, rastreabilidade, adaptação climática, investimento e sistemas de gestão de risco. É a ligação orçamental mais direta entre a PAC e a cadeia cervejeira.

A produção de cerveja na UE caiu de cerca de 367.4 milhões de hectolitros em 2019 para cerca de 345 milhões em 2024 e recuou depois mais 2.9% em 2025, segundo a The Brewers of Europe. O grupo setorial afirma que cerca de 10.000 cervejeiras sustentam aproximadamente 2 milhões de empregos diretos e indiretos e geram cerca de €52 mil milhões em valor acrescentado anual. A cerveja sem álcool cresceu cerca de 5.9% em 2025 e representa agora aproximadamente uma em cada 12 cervejas consumidas na UE.

No caso das bebidas espirituosas, a ligação à PAC é ainda menos direta. O apoio centra-se nos produtores de matérias-primas agrícolas e em alguns programas de investimento rural, inovação e regionais. O apoio recebido por um produtor de cereais, beterraba sacarina ou uvas não pode ser automaticamente contabilizado como apoio ao whisky, vodka, brandy ou licor produzido mais tarde, porque os sistemas de pagamentos agrícolas normalmente não acompanham o uso industrial final de cada colheita.

A indústria das bebidas espirituosas tem, de facto, as suas próprias regras de produto ao abrigo do Regulamento 2019/787, que define categorias, requisitos de produção, denominações, apresentação, rotulagem e a utilização de álcool de origem agrícola. As indicações geográficas também estão protegidas pelo Regulamento 2024/1143. No plano comercial, a spiritsEUROPE estimou as exportações extra-UE do setor em €8.84 mil milhões em 2024, menos 2% do que no ano anterior.

O debate sobre essa estrutura deverá intensificar-se à medida que Bruxelas negoceia a PAC para 2028-2034. O próximo quadro de políticas ainda não foi aprovado. A Comissão Europeia apresentou em julho de 2025 propostas para o próximo orçamento plurianual e para uma nova forma de organizar as intervenções agrícolas. A ideia central é integrar grande parte da política agrícola e territorial em Planos Nacionais e Regionais de Parceria, num fundo de cerca de €865 mil milhões.

A proposta reservaria pelo menos €293.7 mil milhões para apoio ao rendimento agrícola e mais €6.3 mil milhões para uma rede de segurança em caso de crise. Mas alguns investimentos rurais e outras medidas deixariam de surgir numa estrutura agrícola separada como a atual, tornando difíceis as comparações diretas com a atual PAC de €386.6 mil milhões.

Para o vinho, a mudança mais sensível é a menor visibilidade das verbas nacionais fixas que hoje garantem €1.061 mil milhões por ano aos países produtores. A proposta da Comissão mantém intervenções para o vinho e para o lúpulo, incluindo investimento, promoção, inovação, adaptação climática, rastreabilidade, vindima em verde, não colheita, conversão sustentável e destilação de subprodutos. Mas a distribuição do dinheiro dependeria mais das prioridades que cada Estado-Membro definir nos seus planos nacionais ou regionais.

O projeto também alteraria o apoio por área através de um sistema degressivo. Os cortes começariam em €20.000, com reduções de 25%, 50% e 75% em escalões sucessivos, e um teto proposto de €100.000 por agricultor e por ano. O pacote inclui ainda um regime para pequenas explorações de até €3,000 por ano, novas medidas para jovens agricultores e um papel reforçado para o seguro, fundos mutualistas, investimento na água, digitalização e agricultura de precisão.

O vinho continuaria fora do apoio associado específico por produto, porque manteria o seu próprio sistema setorial. Pelo contrário, os cereais, o lúpulo e outras matérias-primas usadas por cervejeiros e destiladores poderiam continuar a beneficiar de algum apoio associado, se os Estados-Membros justificarem essa ajuda com base em critérios económicos, sociais ou ambientais.

As negociações são mais importantes para os grandes países produtores de vinho. Itália, França e Espanha dependem agora de envelopes nacionais que, em conjunto, representam cerca de três quartos do financiamento anual da UE ao setor do vinho. Se o próximo sistema der aos governos mais liberdade para distribuir recursos por agricultura, desenvolvimento rural, inovação e outras políticas territoriais, o montante reservado todos os anos ao vinho poderá depender mais das opções nacionais do que de dotações fixas da UE.

A Comissão continua a visar o arranque do novo quadro em 1 de janeiro de 2028. Antes disso, o Parlamento Europeu e o Conselho terão de concluir as negociações, o orçamento 2028-2034 terá de ser aprovado e as regras setoriais terão de ser alinhadas com a reforma do vinho aprovada em 2026.